

# Subsistência e Sistemas Agrários na Colônia: uma Discussão

MARIA YEDDA LINHARES

## Introdução — O Encontro da História com a Geografia

A historiografia brasileira resente-se da falta de estudos pormenorizados sobre estruturas agrárias e sistemas de uso da terra, o que, até certo ponto, responde pela relativa lentidão do desenvolvimento da pesquisa primária no País. Tal lacuna é ainda mais sensível no tocante ao período colonial, não se limitando à história agrária apenas. A justificativa tem sido fundamentada no fato de estarem os dados empíricos sobre a Colônia em corpos documentais metropolitanos e, portanto, localizados em Portugal. Assim, a distância geográfica da documentação se constituiria no aparentemente maior empecilho à renovação da pesquisa histórica relativa aos primeiros séculos da colonização. A outra diz respeito a certo conservadorismo, malgrado as várias posições teóricas dos autores, na maneira de focar a história do Brasil e de eleger tanto as temáticas quanto as fontes, ou seja, a própria construção do objeto de investigação.

A dificuldade de acesso às fontes é, sem dúvida, um fator que limita as possibilidades de renovação, mas não é tudo. Um segundo problema refere-se à qualidade da documen-

tação. Marc Bloch, no seu clássico livro sobre a história rural francesa<sup>(1)</sup>, chama a atenção desde as primeiras páginas para o fato de não ser possível fazer a história da vida rural na França até o século XVIII, por falta de informações e registros precisos e abundantes, reconhecendo, porém, que não é impossível extrair de documentos antigos muitas indicações preciosas, "contanto que se saiba descobri-las". Somente no século XVIII, com as transformações técnicas que se começaram a operar "os agrônomos descobriram as velhas rotinas para combatê-las" e surgiram os grandes inquéritos agrícolas, assim como propostas de reformas por parte dos administradores. O período anterior ao século XVIII aponta para um quadro rural rotineiro, de evolução lenta e mudanças quase imperceptíveis que deixaram escassos registros documentais, salvo alguns textos jurídicos e códigos que regulamentavam sobre formas de exploração, como o do uso comunal do pasto para o gado. A partir da segunda metade do século XVIII e da pri-

(1) BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'Histoire Rurale Française*. Paris, Armand Colin, 1955. tomo I, p. X-XI.

meira parte do XIX, acumularam-se as observações e os conhecimentos do passado rural, que acrescidas dos estudos realizados pela geografia, daí por diante, permitiram descrições minuciosas das paisagens agrárias (a morfologia), das estruturas agrárias e da organização do espaço rural.

O grande salto qualitativo, no entanto, deveu-se ao encontro entre o geógrafo, o método de observação do presente (a relação do homem com o seu meio físico), e o historiador, o método de explicar as mudanças no tempo e no espaço. Dessa feliz comunhão, nasceu a história agrária, que se notabilizou por trazer à luz grupos humanos organizados nas diferentes maneiras de viver, trabalhar, hierarquizar-se socialmente e transformar a natureza, os quais, até então, pareciam estar fora da História. É inegável o peso da Geografia Humana nessa mudança revolucionária de horizontes para a historiografia, nas primeiras décadas do século XX, com os exemplos notáveis de Marc Bloch e Lucien Febvre, cujos rebentos mais brilhantes, embora diferenciados, são Fernand Braudel e Pierre Vilar, com uma multiforme plêiade de discípulos. Ciro F. S. Cardoso chama a atenção para o fato de que a ênfase econômica e quantitativa veio mais tarde, ou seja, a partir dos anos 40/50, "em detrimento do enfoque herdado dos geógrafos"<sup>(2)</sup>.

Mas se a "técnica de observação geográfica", na expressão de P. Vilar<sup>(3)</sup>, é indispensável ao trabalho do historiador, sobretudo o historiador do meio rural, ela não se basta como explicação social já que ao historiador cabe perceber as *continuidades* e, também, as *descontinuidades*, os ritmos, as mudanças bruscas, que dizem respeito a

conjuntos sócio-econômicos maiores, referidos a uma multiplicidade de fatores e variáveis que compõem as estruturas e conduzem o processo de evolução. Marc Bloch ressalta os erros cometidos com generalizações apressadas sobre a observação do presente (formas de povoamento e de ocupação do espaço, por exemplo) levando a um passado remoto onde tais formas necessariamente se encontrariam. Nesse sentido, chama a atenção para as mudanças de rumo — as descontinuidades — que são historicamente explicadas (por exemplo, no caso inglês, o cercamento dos campos, o surgimento de "fazendas isoladas" etc.) e denuncia a arbitrariedade de um postulado ainda corrente em seu tempo (50 anos atrás): a imutabilidade dos costumes agrários antigos. A verdade, diz ele, é bem outra: as regras de exploração agrícola se transformavam mais lentamente antes do que hoje "já que protegidas pelas dificuldades materiais que se opunham à sua alteração pelo estado de uma economia com reações mais lentas, pelo tradicionalismo ambiente". Acrescente-se o fato de que os documentos sobre épocas recuadas são "geralmente pobres e pouco explícitos"<sup>(4)</sup>.

No entanto, se é da observação do presente a interpretação das paisagens agrárias — que o geógrafo e/ou o historiador buscam regressivamente uma explicação histórica, é através das "comparações" que se torna possível alargar os horizontes para encontrar outros sistemas sociais permitindo localizar semelhanças e divergências (entre países, entre regiões com desenvolvimento próximo) e ressaltar, inclusive, as originalidades e as tendências gerais. Cabe, nessa perspectiva, ao método comparativo ir além da consideração de um sistema social isolado ou de uma série de fatos — cuja explicação histórica corre o risco de ser superestimada — em busca das verdadeiras relações causais, "aquelas que, por toda a parte, se encontram na raiz dos

(2) CARDOSO, Ciro F.S. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979. p. 37

(3) VILAR, Pierre *Cataluña en la España moderna*. Barcelona Editorial Critica, 1978 tomo I, p. 14

(4) BLOCH, Marc. Op. cit., p. XIII.

mesmos efeitos"<sup>(5)</sup>. Assim sendo, nos métodos *regressivo* e *comparativo* estão as chaves importantes nessa perspectiva para o estudo das estruturas agrárias no passado.

No Brasil, o encontro entre a Geografia e a História foi, infelizmente, muito breve. O debate político, nas décadas 40/50/60, sobre as origens da sociedade brasileira freiou, até certo ponto, o prosseguimento da exploração dos filões já indicados por Caio Prado Junior na *Formação do Brasil Contemporâneo* (e em larga medida, também na obra de Capistrano de Abreu). A criação dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia (final dos anos 30) permitia um contacto extremamente promissor entre as duas disciplinas quanto à formação do professor e do futuro pesquisador. Durante algum tempo, a geografia agrária teve um grande impulso no Brasil e permitiu consideráveis avanços nesse campo, mas o famoso encontro entre historiadores e geógrafos não surtiu os mesmos efeitos que se verificavam em outros países. Os trabalhos lapidares de Sérgio Buarque de Holanda, com sua imensa erudição, de Alice P. Canabrava (sobretudo sobre as técnicas de açúcar) com sua apurada formação histórica, de Manuel Correia de Andrade (geógrafo com profunda intuição para a análise histórica), de Maria Isaura Pereira de Queiroz (socióloga, voltada para problemáticas fundamentais como o campesinato e o poder local) e Victor Nunes Leal (o cientista político de *Coronelismo, Enxada e Voto*, a marca do tradicionalismo), para citarmos alguns expoentes com risco de cometermos graves omissões, pode e são considerados marcos da historiografia brasileira *lato sensu*, não se deixando embalar pelas visões políticas e demasiadamente politizadas que os envolviam. No entanto, embora cientes de

problemas básicos para o conhecimento do passado e do presente do País, não foram revolucionados pelo encontro com a Geografia salvo, é claro, Manuel Correia que foi revolucionado pela História, embora qualquer história agrária que se venha a fazer terá sempre uma grande dívida para com o conjunto dessa obra. Já um erudito brasileiro, intelectual de inúmeros ofícios, Antonio Cândido, percorreu um trajeto semelhante: do presente, na observação dos *Parceiros do Rio Bonito*, utilizou-se do método regressivo, chegando à História para construir uma sociologia da subsistência com profunda penetração antropológica, e de que resultou um dos mais belos estudos jamais realizados no Brasil sobre um grupo social do campo.

Está-se aqui, pois, longe de serem esgotadas as possibilidades de análise da sociedade brasileira no tocante aos múltiplos e complexos aspectos das estruturas agrárias e das mudanças sofridas pela paisagem agrária através da ação continuada do homem e dos sistemas que ele criou ao longo dos anos. A partir de Marc Bloch, os enfoques se sofisticaram e alargaram-se as opções de análise. Não seria o caso de apregoar a necessidade de ser trilhado o mesmo caminho percorrido pela historiografia internacional, *pari passu*. O que se deseja ressaltar é a importância de uma história da agricultura que seja econômica e social, que dê conta das relações que os homens — os grupos sociais — estabeleceram entre si para transformarem a natureza, seus sucessos e continuados insucessos, suas possibilidades e seus limites na organização da produção, no acesso à terra e aos instrumentos de trabalho, na inovação técnica, na geração de riquezas e também da miséria. Mas o historiador da sociedade brasileira deverá associar-se não apenas ao geógrafo (da Geografia Humana), mas ao ecólogo, ao antropólogo, ao demógrafo, ao agrônomo. A entrada em cena da ecologia parece ter desalojado a velha Geografia Humana do lugar de honra que ela ocupava ao lado do historiador, a mesma coisa ocorrendo com o desenvolvimento recente da Demografia His-

(5) BLOCH, Marc. El método comparativo en historia. In: CARDOSO, Ciro F.S. & BRIGNOLI, Hector Pérez, compiladores. *Perspectivas de la historiografía contemporánea*. México, Secretaria de Educación Pública, 1976. p. 32 (coleção Sep/setentas, 280) (edição francesa original de 1930).

tórica (ao longo dos últimos 30 anos) que passou a ser a grande e justificada vedete do trabalho historiográfico: o peso dos homens, o que na linguagem marxista significa dizer, a primeira das forças produtivas (o homem como causa e como consequência de toda produção de bens).

Voltamos, assim, ao final do primeiro parágrafo desta Introdução: o conservadorismo no tocante à opção temática e à seleção de fontes como sendo, em parte, uma característica da historiografia brasileira apesar de diferenciadas teoricamente as posições dos autores. Uma das suas marcas mais persistentes tem sido o que se poderia chamar de "visão plantacionista" e uma das possíveis maneiras de enriquecê-la seria enfatizando os aspectos relativos à agricultura de pequena lavoura, voltada para a produção de alimentos (inclusive a pecuária) e a caracterização dos sistemas agrários, suas mudanças e seus limites, no tempo. Na atual fase dos conhecimentos, julgamos ser fundamental a pesquisa localizada na perspectiva da história regional (ou pelo menos como ela é compreendida na historiografia francesa ou de inspiração francesa). Por outro lado, o problema das fontes se coloca aqui de forma crucial: escassez, dispersão e sua qualidade intrínseca, sobre o que voltaremos adiante.

## A Produção de Alimentos no Contexto da Colônia

A — As razões que levaram os historiadores a voltar suas atenções para a história local ou regional prenderam-se não somente à necessidade de testar generalizações mais amplas com a utilização de dados de base (isto é, não-agregados) que a visão ao microscópio permite, usando-se aqui a expressão de Pierre Goubert, mas, também, como decorrência do fato de que a reconstrução de situações localizadas tem revelado a complexidade dos sistemas sócio-econômicos, sendo, pois, fundamental à reformulação do conhecimento de uma "história

geral". No Brasil, no entanto, essa tendência ainda engatinha, não tanto por oposições que se apresentam como teóricas, mas ainda pela dificuldade de acesso à fontes locais, de caráter municipal (rarissimamente encontráveis em arquivos centralizados), a utilização de técnicas que exigem formação adequada do pesquisador e muita disponibilidade de tempo para os freqüentes deslocamentos, o que se traduz em apoio institucional quase nunca existente. Tal documentação, no caso brasileiro, é de três tipos, quanto à origem: *a.* demográfica (arquivos paroquiais, censos locais, listas nominativas etc.); *b.* municipal (atas, correspondência, relatórios das Câmaras Municipais); *c.* cartoriais (inventários *post-mortem*, testamentos, escrituras diversas, processos criminais). A estas fontes acrescenta-se a documentação tradicional de cunho oficial (relatórios, correspondência, legislação, estatísticas oficiais etc.); dependendo do período, há que considerar os depoimentos contemporâneos (viajantes, correspondência particular, contabilidades etc.), boa parte dos quais se encontra nos arquivos portugueses<sup>(6)</sup>.

Mas a ida aos municípios rurais em busca de documentação não decorre de um modismo historiográfico da mesma maneira como a visão localizada das estruturas sócio-econômicas não significa um mero artifício no jogo acadêmico dos cortes e recortes da realidade, numa totalidade qualquer. No fundo é porque — e recorremos, aqui, a uma observação de Pierre Vilar — "na medida em que o passado humano é mal conhecido, mal interpretado, os homens e os grupos de homens, têm uma visão incorreta de seu *presente* e de seu *futuro*"<sup>(7)</sup>.

(6) LINHARES, M.Y. & SILVA, F.C. Teixeira. A pesquisa em história da agricultura no Brasil: questões de métodos e de fontes. In: *História da Agricultura Brasileira, combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981. parte II, p. 73-105.

(7) VILAR, Pierre. *Historia*. In: *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona, Editorial Critica, 1980. p. 28.

Esse presente nos mostra um quadro social desolador em meio a um processo de desenvolvimento industrial e acumulação capitalista: uma estrutura agrária extremamente concentrada<sup>(8)</sup>, um estado de miséria cada vez mais acentuada no campo brasileiro (zonas sertanejas do NE, Sertão do Maranhão e do Piauí, Sertão do São Francisco, Vale do Jequitinhonha etc.), a incapacidade dos órgãos técnicos de apresentar um diagnóstico adequado com propostas capazes de alterar aquele quadro social, um desenvolvimento industrial que aprofunda o fosso entre esses "dois brasis" (ou de "duas nações" de que falava Disraeli). Tal quadro de miséria não se transformou com a penetração do capitalismo no campo, como se esperaria vinte anos passados. Em artigo recente, Tito Ryff chama a atenção para mais uma visão incorreta desse presente e que se transcreve em políticas agrícolas extremamente otimistas quanto à capacidade indefinida de expansão da agropecuária brasileira através da incorporação de terras e mão-de-obra<sup>(9)</sup>. Marc Bloch, em outro livro clássico, deu-nos um brilhante exemplo de como a observação do presente (as paisagens agrárias) leva ao passado na busca de grande parte de explicação desse presente e suas diferenciações entre países (França e Inglaterra) e entre regiões<sup>(10)</sup>. Por outro lado, a preocupação quase que exclusiva do pesquisador com o mercado externo e com o *mercado nacional* capitalista explica

a reduzida atenção dedicada aos mecanismos de formação de mercados internos, como é salientado por E. Sereni, quanto à Itália. Ele enfatiza a necessidade de evitar "uma confusão perigosa, não apenas entre dimensões econômicas e dimensões geográficas do mercado, como também entre dimensões econômicas e dimensões físicas das inversões, da produção, da renda, do consumo e do próprio mercado"<sup>(11)</sup>.

Um dos caminhos que apontamos é o de captar a heterogeneidade, as multiplicidades de enfoques e de fontes, exploradas sistematicamente através de estudos monográficos realizados no nível local e regional. Apontar para essa visão local e profunda, no quadro de uma região historicamente determinada, importa ir além da *plantation*, como importa também ultrapassar cronologicamente o marco institucional da Colônia, penetrando no século XIX. Significa mapear a expansão da fronteira agrícola que acompanhou o paulatino crescimento populacional desde o século XVII — e de forma mais espetacular, os séculos XVIII e XIX — conhecer os sistemas de uso e posse da terra e sua evolução no tempo e no espaço, apreender as hierarquias sociais (estrutura ocupacional, níveis de renda e fortuna), os movimentos demográficos, os cultivos, os solos, os climas, ou seja, as ações dos homens — de todos os grupos sociais e não somente de alguns deles — sobre a natureza, os processos de adaptação e de transformação do meio físico e as formas de organização social daí resultantes.

*B* — Coube à agricultura de subsistência: *a.* ocupar a terra, desbravando-a, e povoando-a; *b.* organizar-se sob formas de trabalho camponês para produzir excedentes e atender, progressivamente, às necessidades dos núcleos urbanos em expansão. Colocam-se aí alguns problemas teórico-metodológicos. No seu sentido mais restrito, agricultura de subsistência seria si-

(8) BRASIL, F. IBGE. *Anuário Estatístico*, 1975: 0,8% dos estabelecimentos agrícolas, com mais de 1.000 ha, ocupavam 42,6% da área cultivável enquanto 52,3% dos estabelecimentos com menos de 10 ha ocupavam apenas 2,8% da área total.

(9) RYFF, Tito. A cornucópia agrícola: mito e realidade, In: TAVARES, Maria da Conceição & DAVID, Maurício Dias, organizadores. *A economia política da crise*. IERJ (Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro), Petrópolis, Vozes/Achiamé (Rio de Janeiro), 1982. p. 89-99.

(10) BLOCH, Marc. *Seigneurie française et manoir anglais*. Paris, Armand Colin, 1960. (Cahiers des Annales 16).

(11) SERENI, Emilio. *Capitalismo y mercado nacional*. Barcelona, Editorial Critica, 1980. p. 21.

nônimo de economia natural, caracterizando-se pela ausência de intercâmbio de produtos. Como a economia natural só existiria em casos extremamente raros, tomemos a definição de Pierre George que denomina de agricultura de subsistência aquelas economias que "consagram mais de dois terços de seu solo e do seu trabalho à produção de auto-consumo"<sup>(12)</sup>, caracterizando-se, pois, pelo *atraso técnico* e pelo fato de estarem constantemente ameaçadas pela falta de alimentos. Na percepção do geógrafo, o seu caráter principal reside na subutilização das possibilidades de produção e a perda de potencial ou de recursos, daí o desperdício e a impotência (indigência técnica, baixos rendimentos), em face da influência que sistemas sócio-econômicos nela se exercem (o patriarcalismo e/ou o tribalismo) e ao tradicionalismo que seria a sua tara. Gera-se assim o círculo vicioso da miséria.

Sociólogos e antropólogos-economistas vêem diferentemente o problema do atraso e da miséria das sociedades (economias?) não-capitalistas. Henri Mendras, ao levantar a questão de que nessas sociedades a produção é homogeneizada, seja na miséria, seja na abundância, o maior investimento em trabalho e em técnicas, sem a garantia de mercados, representaria maior desperdício e penalização do processo de trabalho. De certa forma, é essa a posição de Chayanov quando coloca o problema de que os modos de vida não-capitalistas não podem ser referenciados em termos de economia capitalista<sup>(13)</sup>. Isto

é, trabalha-se, mas em troca de que? Sombart, sintetizando a questão, afirmaria que a diferença entre sociedade capitalista e não-capitalista é que na primeira se vive para trabalhar e na segunda trabalha-se para viver.

Outra maneira de reformular a definição de Pierre George (atraso, desperdício, impotência) consiste em substituir nas análises históricas da economia colonial no Brasil o conceito de economia natural (em oposição à economia monetária ou de mercado) — "autoconsumo total e imóvel, como ocorre em certas economias primitivas"<sup>(14)</sup> — pelo conceito de formas de produção camponesa, ou seja, a dominância do trabalho familiar com acesso mais ou menos estável à terra e que já começa a ser alvo de preocupação mais sistemática por parte do historiador do período colonial<sup>(15)</sup>. Numa sociedade colonial, como a do século XVII e XVIII, a elevada relação terra/homem não justificaria esse investimento na mudança tecnológica, pelo que acarretaria em intensificação da jornada de trabalho<sup>(16)</sup>. Assim, a produção de alimentos corresponderia a uma fronteira aberta e à incorporação da agricultura itinerante (*forest fallow* ou rotação floresta/cultura) com técnicas e produtos de sistemas agrários indígenas preexistentes.

Um segundo aspecto do problema consiste na relação entre lavoura de alimentos e lavoura comercial de exportação, o que necessariamente implica procurar rever o caráter monocultor da colônia como um destino ou uma imposição da classe dominante metropolitana, desde o início da colonização. Não se pretende aqui inverter os pólos. Pare-

(12) GEORGE, Pierre. *Précis de Géographie rurale*. 3ª ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1978. p. 203.

(13) MENDRAS, Henri. *Sociétés paysannes*. Paris, Armand Colin, Collection U, 1976; CHAYANOV, A.V. On the theory of non-capitalistic economic system, In: THORNER, D. compilador. *The theory of peasant economy*. Illinois, Kerblay & Smith, 1966; WOLF, Eric. *Peasants*. New Jersey, Prentice-Hall, 1966; GODELIER, Maurice. *Objet et méthode de l'anthropologie économique*. In: *Rationalité et irrationalité en économie*. Paris, 1966; SAHLINS, Marshall. *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

(14) MENDRAS, Henri. *Op. cit.*, p. 41, referindo-se ao caso de certas economias primitivas.

(15) SCHWARTZ, Stuart B. Elite politics and the growth of a peasantry in late Colonial Brazil. In: RUSSELL-WOOD, A.J.R., ed. *From Colony to Nation — Essays on the Independence of Brazil*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1980.

(16) BOSERUP, Ester. *The conditions of agricultural growth — The economics of agrarian change under population pressure*. Chicago, Aldine Publishing Company, 1965.

ce evidente que a lavoura de alimentos na Colônia enfrentou dificuldades e foi socialmente desfavorecida desde os primeiros decênios. Na Bahia chegou mesmo a entrar em colapso em virtude das epidemias de 1560-1563, que dizimaram a população indígena local, produtora de alimentos, a qual é apresentada num luminoso artigo de Stuart B. Schwartz como a primeira tentativa jesuítica/portuguesa de implantar um campesinato local na Colônia exportadora de açúcar<sup>(17)</sup>. Longe de ser uma política metropolitana ou resultado de um pacto colonial — artimanha da burguesia mercantil européia —, a exclusão dos produtores de gêneros alimentícios foi uma reivindicação constante e crescente da classe dominante colonial e plantacionista, geradora de conflitos ao longo do período e monopolizadora das melhores terras mais próximas dos rios e dos portos. Em 1610, diz-nos Schwartz, “o conselho municipal da Paraíba argumentava que, sendo o açúcar a base da economia brasileira, o mal causado pelas culturas (dos índios) é muito maior do que qualquer benefício que possa trazer”<sup>(18)</sup>.

Praticamente na mesma época (1618) e na mesma Paraíba, Ambrósio Fernandes Brandão escrevia os seus *Diálogos das Grandezas do Brasil*, nos quais Alviano, o seu interlocutor imaginário que deveria ser esclarecido sobre as vantagens do novo mundo, mostra-se surpreso com a escassez de gêneros alimentícios numa terra que poderia ser tão farta. Brandônio, logo no primeiro diálogo, traça o perfil ocupacional da Colônia referindo-se às “cinco condições de gente” em que se hierarquizavam os moradores do Estado do Brasil. A quinta condição, dizia ele, “é daqueles que tratam da lavoura”, situando na base da escala social os que se dedicavam a “lavar mantimentos de legumes” (segundo

Ambrósio, também com trabalho escravo). Referindo-se à ilusão dos colonos de poderem enriquecer rapidamente, acusa-os de “negligência e pouca indústria”, e conclui:

*“Por maneira que este pressuposto que têm todos em geral de se haverem de ir para o reino, com a cobiça de fazerem mais quatro pães de açúcar, quatro covas de mantimento, não há homem de todo esse Estado que procure nem se disponha a plantar árvores frutíferas, nem fazer as benfeitorias acerca das plantas, que se fazem em Portugal, e pelo conseguinte se não dispõem a fazerem criações de gados e outras; e se algum o faz, é muito pequena quantidade, e tão pouca que a gasta toda consigo mesmo e com sua família. E daqui nasce haver carestia e falta destas e o não vemos no Brasil quintas, pomares e jardins, tanques de água, grandes edifícios, como na nossa Espanha, não porque a terra deixe de ser disposta para estas cousas; donde concluo que a falta é de seus moradores, que não querem usar delas.”*

Não há dúvida que Brandônio é um propagandista da terra, com uma grande visão do seu futuro, um homem culto e esclarecido no seu tempo, longamente radicado na Paraíba. Fizera experiências em suas terras com o cultivo do trigo, embora sem afinco, pois como afirmava a Alviano, “se me comunica também o mal da negligência dos naturais da terra”. E, no entanto, queixa-se no quarto diálogo, de que se o “centeio, a cevada e o milho” (não o maiz, mas o *millet*, o milho miúdo) não são plantados com vantagens no Brasil é porque “a gente da terra se contenta somente com aquilo que os passados deixaram em uso, sem quererem anadir outras novidades de novo”. Nesse ponto, parece evidente que, mais do que uma questão de mentalidade, trata-se de avaliar as possibilidades concretas que se ofereciam aos lavradores de mantimentos no desbravamento dos campos, nas disponibilidades de mão-de-obra, nas técnicas a serem incorporadas. Nada indica, pois, que a inferioridade da agricultura de subsistência, com capacidade de produzir algum excedente, em face da lavoura cana-

(17) SCHWARTZ, Stuart B. Indian labor and New World plantations: European demands and Indian responses in Northeastern Brazil. *The American Historical Review*, 83 (1): 43-79, Feb. 1978.

(18) *Idem*, p. 54.

vieira, tivesse algo a ver com uma prévia divisão internacional do trabalho, nem com uma política colonial. No seu relato, Brandônio aponta para a persistência de práticas agrícolas e para a continuidade de hábitos preexistentes, "herdados do passado", que dificilmente se alterariam pela simples importação técnica do além-mar, por mais proveitosa, "moderna" ou aparentemente "racional" que pudesse ser. Além do mais, colocava-se para os primeiros colonos um problema angustiante: a distância do mercado.

C – Em outros momentos, ao longo dos séculos XVII (sobretudo na segunda metade) e XVIII, a legislação metropolitana é clara e ela ainda está a merecer um estudo mais acurado. Seu objetivo era de fazer com que o Estado do Brasil, na pior das hipóteses, fosse capaz de suprir-se em alimentos. Tratava-se de corrigir a tendência para a monocultura, evitando, assim, as crises de abastecimento na Colônia. Pela Provisão de 24 de abril de 1642, é facultado aos moradores do Brasil o cultivo do gengibre e anil em terras impróprias para a cana, obrigando-se, entretanto, os mesmos de "plantar de mandioca outra igual porção de terreno". Em 1690, pelo decreto de 10 de novembro, o governador da Bahia, Antonio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, impunha que os moradores, dez léguas ao redor da cidade, mandassem plantar quinhentas covas de mandioca, sob pena de 100\$000 aplicados às fortificações. Dois anos antes, o Alvará de 25 de fevereiro de 1688 já compelia "os moradores do Recôncavo da Cidade da Bahia, dez léguas ao redor dela, a plantarem cada ano quinhentas covas de mandioca, por escravo que tivessem de serviço", determinação não cumprida e reforçada pelo novo governador. Tal Alvará volta à baila em 1701 (Alvará de 27 de fevereiro), acrescentando medidas de restrições à "inovação do gado de criar" e impondo o cercamento dos pastos a fim de que "ele não pudesse sair e fazer prejuízos às roças e lavouras vizinhas".

Também é conhecida a grande disputa na Bahia, em 1666, entre facções "populares" na Câmara, representadas pelo Juiz do Povo, e os senhores de engenho no sentido

de serem introduzidas medidas disciplinadoras da expansão dos engenhos junto ao litoral, argumentando os partidários da intervenção da Coroa contra a liberdade indiscriminada dos produtores de açúcar: "quando o bem universal encontra a conveniência de um particular; pela conveniência particular se não há de destruir o bem universal". Nenhum documento, porém, é mais esclarecedor da implantação da monocultura como um privilégio das classes dominantes locais, do que o depoimento do senhor de engenho João Rodrigues de Brito à Câmara Municipal de Salvador em 1807<sup>(19)</sup>. Bem apoiado no credo liberal em ascensão, pedia a supressão das restrições à iniciativa do produtor, isto é, aquelas que obrigavam os lavradores a plantar 500 covas de mandioca por escravo de serviço, em prejuízo do engenho, afirmando: 1. que o lavrador de cana não podia ser obrigado a ocupar "os raros e preciosos torrões de massapê" com a "mesquinha plantação de mandioca"; 2. que as terras que não são capazes de produzir açúcar, algodão, café, sejam entregues ao cultivo da mandioca.

A busca de uma lógica na relação Colônia/Metrópole só nos levaria a argumentar que sendo Portugal um país pequeno e dotado de uma agricultura medíocre vivia em estado crônico de déficit alimentício, o que o obrigava a importar alimentos da Espanha e da França em troca da exportação de metais fortes<sup>(20)</sup>. Era-lhe impossível arcar com

(19) O documento relativo a essa interessante disputa foi publicado por MAURO, Frédéric. *Le Brésil aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles – documents inédits relatifs à l'Atlantique Portugais*. Coimbra, PUF, 1951; BRITO, J. Rodrigues de, *Cartas econômicas e políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia, depoimento prestado em 1807 e publicado em Lisboa em 1821, edição brasileira*. In: *A economia brasileira no alvorecer do século XIX*, prefácio de F.M. de Goes Calmon, Salvador, Livraria Progresso Editora, s/d.

(20) Alguns elementos desta discussão encontram-se em SILVA, F.C. Teixeira, *História das técnicas agrícolas: população, propriedade fundiária e produção de alimentos no Brasil Colonial*, projeto de tese de Doutorado, Rio de Janeiro, 1982. mimeo.

o abastecimento da Colônia que vivia em estado de crise crônica, mal podendo suprir-se além de vinho, azeite e peixes secos. Celso Furtado tem razão quando afirma que a enxurrada de metais preciosos do Brasil, no século XVIII, causou mais malefícios do que benefícios a Portugal, selando o destino de sua agricultura, sempre crítica, e barrando-lhe o caminho de um desenvolvimento manufatureiro (o que resultou igualmente em prejuízos para a Colônia)<sup>(21)</sup>. Nessas condições, o século XVIII assiste à consumação de uma divisão internacional do trabalho, para a qual a classe dominante colonial contribuiu decisivamente. Se fosse possível argumentar no subjuntivo imperfeito, teria sido mais "lógico" ao mercantilismo que a Colônia complementasse a Metrópole em suas deficiências mais sentidas, entre elas, o abastecimento em alguns gêneros essenciais de alimentação. Afinal de contas, terras havia, o setor de subsistência estava em expansão crescente, sustentado inclusive — *et pour cause* — o incremento demográfico, e a escravaria tendia a se concentrar cada vez mais no setor de exportação.

D - Em conclusão, colocam-se sérios problemas de pesquisa, no tocante à agricultura do período colonial. Stuart B. Schwartz no seu já citado artigo comprovou que é possível trabalhar com inventários e com registros paroquiais dos primórdios da colonização, chegando a apresentar um perfil da estrutura ocupacional e uma análise das relações de parentesco (devidamente quantificada) na região açucareira (últimos decênios do século XVI). Tais fontes são raras pois o povoamento é rarefeito e os núcleos demográficos são escassos. Na medida em que o povoamento se adensa e a fronteira se estende, multiplicam-se os registros mas, por outro lado, tornam-se mais dispersos, acompanhando a fundação de vilas, paróquias e freguesias, com suas instituições e assentamentos. Estamos ainda muito longe de ter procedido a um

levantamento minucioso do que restou dessa documentação, sobretudo do final do século XVII em diante. Referimo-nos aqui particularmente aos registros paroquiais, às anotações de tabeliães e aos inventários *post-mortem*, sem descartar, obviamente, relatórios oficiais, correspondência, memórias, processos criminais (autos de devassas), contabilidades de instituições religiosas e assistenciais (para preços de mercado interno, salários e problemas do abastecimento). Problemas de fontes e de temática que terão de ser enfrentados no nível local: vila, cidade, fazenda, engenho, paróquia, numa visão microscópica, paciente e desglamorizada, pelo menos na fase atual e que deverá ter vida longa.

## Os Sistemas Agrários na Colônia

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

A agricultura de subsistência, apesar de tantos óbices estruturais, demonstrou ser razoavelmente elástica, dando, a partir do início e sobretudo do século XVIII em diante, uma resposta às necessidades dos núcleos urbanos em expansão. Sua capacidade de crescer em extensão correspondeu à sua incapacidade de revolucionar as estruturas sociais e de incorporar processos técnicos "modernos". Diferentemente do que ocorria na Europa e na costa leste das colônias inglesas ao norte, a evolução da agricultura no Brasil e, de maneira geral, nas colônias ibero-americanas, processou-se sem "revolução agrícola", entendendo-se por esta expressão o crescimento da produção agrícola através do aumento da produtividade (intensificação e diversificação dos cultivos, acarretando maior rendimento por hectare, e associação cultivos/pecuária).

No caso da América Latina (situações coloniais), Ciro F. S. Cardoso e Hector Pérez Brignoli ao considerarem que os sistemas agrários que aqui se desenvolveram "constituíram uma adaptação de interesses coloniais a ecossistemas estranhos ao âmbito europeu", pela incorporação de recursos naturais, mão-de-obra, sistemas de cultivo e modos de

(21) FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. p. 93-101

vida da América pré-colombiana e da África Negra, colocam a necessidade de ser previamente esclarecido "o peso específico dos elementos formadores" na construção daqueles sistemas agrários e suas mudanças no tempo<sup>(22)</sup>.

Colocam-se aí alguns problemas metodológicos importantes. Enquanto que para o aporte europeu existe uma vasta e competente historiografia (o feudalismo, os "tempos modernos", as transformações sócio-econômicas e político/institucionais ocorridas ao longo de séculos), no caso das sociedades pré-colombianas e africanas tais registros são menos abundantes e mais vagos. Teoricamente, a discussão será levada para a descrição e caracterização dos modos de produção do conjunto dessas diferentes sociedades. Metodologicamente, cabe discutir as disponibilidades de fontes, no tocante à África e às populações americanas. A África Negra, cuja história pré-colonial começa a ser conhecida, tinha uma agricultura bem mais avançada do que de início se pensava, pelo menos em algumas regiões da Costa Ocidental e do Centro. Ao lado da agricultura extensiva (pousio longo, rotação floresta/cultivo de cereais e tubérculos), praticava-se um tipo de agricultura intensiva na proximidade das aldeias, em regiões de maior densidade demográfica, com a utilização de adubos (detritos). Em alguns casos, era praticada a irrigação, verificando-se a associação gado/cultivos, própria das organizações camponesas: "(...) a divisão do trabalho já havia avançado, o desenvolvimento da metalurgia favorecia a confecção e o aperfeiçoamento dos instrumentos agrícolas"<sup>(23)</sup>. Quanto às formas de acesso à terra, as situações parecem ter sido bastante variadas, incluindo a propriedade privada da terra, a propriedade

comunal/tribal, permeando diferentes modos de produção.

No tocante às populações americanas, coloca-se a questão da agricultura e do povoamento no momento da conquista e da colonização, sua maior ou menor capacidade de resistência à invasão. Pierre Chaunu distingue para o período pré-colombiano três áreas: uma, de 2 milhões de km<sup>2</sup> (5% da superfície total), com 90% da população do continente, abrangendo o planalto central do México, a zona maia, os Andes centrais, parte da Colômbia (agricultura intensiva do milho, com técnicas de irrigação em alguns casos); a segunda, com a mesma extensão da primeira, mas com menor densidade demográfica, estendendo-se dos maias ao território dos Estados Unidos (milho baseado no sistema extensivo, de pousio longo); a terceira, com 35 milhões de km<sup>2</sup> (90% da superfície do continente), com baixíssima densidade demográfica (agricultura primitiva, pesca e pastoreio nômade)<sup>(24)</sup>. O antropólogo Eduardo Galvão distingue, quanto ao Brasil, três grandes áreas de subsistência indígena<sup>(25)</sup>:

- *área da mandioca*: grande dispersão pela bacia amazônica (onde se constitui o chamado complexo da mandioca: raladores, peneiras, tipitis, fornos de barro...) daí se espraiando para quase todo o litoral;
- *área do milho*: corresponde às regiões em contato com as vertentes pré-andinas, do Guaporé até a bacia do Paraná-Paraguai, penetrando em cunha, entretanto, até a Serra do Mar e atingindo os Nambikwaras, os Kaingang, os Kaiapó e os Botocudos que, normalmente, o associam ao cultivo da abóbora;
- *área da batata-doce*: seu grande núcleo de dispersão parece ter sido a região do Brasil Central, entre os Timbira e os Kaiapó setentrionais.

(22) CARDOSO, C.F.S. & BRIGNOLI, H.P. *História econômica de América Latina*. Barcelona, Editorial Critica, 1979. 2 v. vol. 1, p. 150.

(23) *Idem*, p. 142; para uma atualização da historiografia africana, v. KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Viseu, Publicações Europa-América, s/d (edição francesa de 1972). 2 v.

(24) CHAUNU, P. *Histoire science sociale, la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris, SEDES, 1974. p. 140-42.

(25) GALVÃO, Eduardo. *Encontro de Sociedades*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 232.

Isto posto, verifica-se que nas origens dos sistemas agrários que se desenvolveram no Brasil desde o início, estão presentes elementos variados, cujo peso relativo é difícil de precisar. No plano jurídico as sesmarias constituíram uma "herança" portuguesa e, no entanto, a feição que elas aqui assumiram representou o resultado de fatores múltiplos, daí o caráter "brasileiro" bem diverso daquele de origem<sup>(26)</sup>. Em Portugal, elas foram instituídas para atender às exigências do abastecimento interno (policultura) e no Brasil, elas resultaram num fator importante para perpetuar a tendência à monocultura, associada ao sistema social dominante (concentração de terras, riquezas e prestígio). Ciro F. S. Cardoso e Hector Pérez Brignoli ressaltam o fato de que na base da combinação dos "elementos formadores", a posição dominante dos colonizadores é decisiva para estabelecer uma correlação de forças desigual "quanto à possibilidade de adotar tal ou qual elemento".

Considere-se que, nessa correlação de forças, a posição dos africanos é muito desfavorável; daí, em parte, a pequena influência do contingente negro nos sistemas agrários que se desenvolveram na Colônia. Os próprios portugueses, ao se defrontarem com as condições do meio tropical, com os espaços vazios a serem povoados e ocupados, em regime de baixíssima densidade demográfica, dificilmente poderiam impor suas próprias normas agrícolas e seus costumes. Quanto aos indígenas, coube-lhes emprestar suas técnicas e seus cultivos ao setor de alimentos que se expandia à margem da *plantation*. Mas seria errôneo pensar que ele não evoluiu ao longo do tempo. Daí a necessidade de ser

melhor conhecido em suas mudanças e persistências, levando-se em conta os fatores que sobre ele incidiram: o meio físico e a região, os produtos, os sistemas de cultivo, a população, as técnicas, suas articulações com o mercado.

#### O USO DA TERRA: PROBLEMAS PARA UMA ANÁLISE

A paisagem rural brasileira é o resultado da interpenetração de várias influências e fatores. Ao mundo dos índios impõe-se o mundo dos colonizadores. Ao longo dos séculos, configura-se uma sociedade com uma superposição de populações diversas, desenraizadas, transplantadas e subjugadas. De um lado, o modo de vida do colonizador, que trazia consigo hábitos e costumes quanto à alimentação, os cultivos, o trato da terra: a carne, os cereais, o vinho, o azeite, a rotação de culturas e de terras, a vila e a cidade. Do outro, o mundo dos índios: dos tubérculos, do regime de "roças" com pousio florestal longo, do milho, da caça, da pesca, do nomadismo. Entre um e outro, o mundo dos africanos. O que daí resultará não será qualquer um deles em particular e, sim, aquele que se apoiará no trabalho compulsório, como modo de garantir a terra à pequena minoria de "aristocratas" rentistas, da fronteira aberta a ser ocupada de forma contínua, ora como refúgio, ora como negócio, do grande empreendimento agromanufatureiro voltado para os portos, da multiplicidade ("poeira de empresários", na expressão de Jean Bouvier) de pequenas e mesquinhas explorações de subsistência, policultoras. O primeiro situava-se no horizonte de fortunas e poder. O segundo, embora simbolizando a liberdade dos espaços vazios, traduziu-se, historicamente, no pólo gerador de pobreza, discriminações sociais, culturais e políticas.

Leo Waibel, geógrafo alemão que trabalhou no Brasil entre 1946 e 1950, observou, com espanto, que a paisagem agrícola dos núcleos coloniais de alemães perto de Blumenau (SC) era muito semelhante ao que observara na América Central (cultivos e técnicas indígenas de milho e feijão):

(26) LIMA, Rui Cirne. *Pequena história territorial do Brasil, sesmarias e terras devolutas*, 2ª ed., Porto Alegre, Livraria Sulina, 1954; JUNQUEIRA, Messias. *O instituto brasileiro das terras devolutas*. São Paulo, Edições Lael, 1976; ANTUNES, Paulo de Bessa. *A propriedade rural: estudo histórico-jurídico*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1982. 216 p., mimeo.

## SISTEMAS AGRÁRIOS NA COLÔNIA

“Aí estavam, sobre as encostas íngremes, as mesmas pequenas roças irregulares espalhadas no meio das grandes manchas de capoeira, tal como eu tinha observado na paisagem cultural dos índios da América Central. Tem-se antes a impressão de haver devastação e destruição do que cuidado e trabalho conforme sugerem as palavras cultura e lavoura (. . .). Não se emprega o arado. O milho, o feijão e os porcos são os principais produtos dessa economia, dedicada principalmente ao próprio consumo”<sup>(27)</sup>. Para ele, trata-se de uma involução; para nós, é o sistema agrário possível dadas as condições.

Numa visão retrospectiva, a paisagem agrária do Brasil resultou da evolução dos três grandes sistemas agrários que se empregaram nos primeiros séculos da Colônia e que influíram nas diferenciações regionais e locais: a grande lavoura, o pastoreio e a pequena lavoura. Desses, o mais conhecido é o primeiro, que se impôs como instrumento da colonização: a introdução de um produto comercial de alto valor no mercado mundial, intensivo em capital na fase de instalação e de mão-de-obra (a *plantation* açucareira). O seu protótipo foi o engenho que combina níveis diversos de desenvolvimento das forças produtivas (a agromanufatura do açúcar e lavoura da cana-de-açúcar) e de relações de produção (com predominância do trabalho escravo). O segundo, o pastoreio (pecuária) apresentou uma grande variedade de tipos de fazenda de gado, desde as mais próximas ao litoral (a zona da mata NE) às mais distantes dos mercados, submetidas também a diferenças de clima e de vegetação. De uma maneira geral, constitui o latifúndio a sua expressão mais generalizada, com a criação extensiva de animais. O terceiro, o da pequena lavoura, é o que Waibel chama de “criança problema, o enjeitado da agricultura brasileira”, o reino, por excelência, das tradições indígenas: o sistema de roça (itinerante, de pousio lon-

go, rotação floresta/culturas), ao que Waibel denomina de “rotação de terras primitiva”. Nesses três grandes sistemas é notória a ausência de uma prática de refertilização dos solos. Ao contrário do que caracterizava a agricultura européia pré-capitalista, o estrume animal (o esterco) não faz parte das práticas agrícolas, observando-se no caso do Brasil, a separação entre cultivos e criação do gado. O que há de mais notável no mundo rural brasileiro é a longa persistência desses sistemas agrários.

Há aí, entretanto, uma exceção notada pelos observadores contemporâneos, como Antonil (princípio do século XVIII) e Luiz dos Santos Vilhena (final do mesmo século)<sup>(28)</sup>: na região da mata da Bahia — Cachoeira e Cotinguiba, então chamada de sertão por Antonil, na realidade zona da mata — o cultivo do tabaco, como cultura comercial, adaptado pelo colonizador a partir da experiência indígena, representa um modelo intermediário: o fumo por ser uma cultura exigente em solos e trabalho desenvolveu-se associado à pecuária, daí chamar-se o campo de cultivo do tabaco de “curral”. Antonil (Cap. VI da II Parte) descreve: “(. . .) se a terra ajudar para tanto e for para isso ajudada com o benefício do tempo e do esterco”. Quanto aos cuidados especiais que requer a planta informa que aí trabalham “grandes e pequenos, homens e mulheres, feitores e servos”, em muito se assemelhando, segundo observações do geógrafo Orlando Valverde, ao regime agrário existente no norte de Portugal. “Tendo a planta já um palmo ou pouco menos de altura, se passa dos canteiros aonde nasceu para os cercados ou currais onde se ha de criar, cuja terra

(27) WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*, 2ª ed. anotada, Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1979. p. 319.

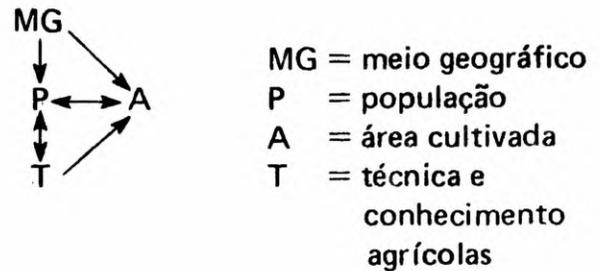
(28) ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Texto da edição de 1711, edição francesa com comentário crítico por MANSUY, A. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1968; VILHENA, Luis dos Santos. *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, de 1802, edição moderna sob o título *A Bahia no século XVIII*. 3 v., notas e comentários de Braz do Amaral, Salvador, Editora Itapuã, 1969.

quanto mais esterçada he melhor. Mas se nos ditos currais morou muito tempo o gado, ha-de se tirar antes alguma parte do esterco, para que a força dele, ainda não cortido do tempo, não queime a planta em vez de a ajudar" (Cap. II, II Parte). Salvo aí, não são encontrados outros indícios do emprego de métodos de refertilização da terra. Há indicações, no entanto, que se tratava de uma agricultura extensiva, provavelmente associada, subsidiariamente, à subsistência.

Por toda a parte, porém, imperava a coivara — queimada — para limpeza do terreno, utilizando-se as cinzas à guisa de fertilizante, em qualquer outro tipo de exploração ou de cultivo. É ainda Waibel quem chama a atenção para o fato de que no Brasil se considerava (ou se considera) inteiramente louca a idéia de cultivar ou colonizar os campos, expondo daí a crença generalizada de que o seu solo é "pobre demais para a agricultura"<sup>(29)</sup>. Chama a atenção para o fato de que no Brasil os campos são usados somente para a criação de gado, ao passo que as florestas são usadas tanto para a agricultura quanto para a pecuária. Tira algumas conclusões: no Planalto Central, as culturas não exigentes (mandioca, algodão, abacaxi) são praticadas nos campos cerrados, enquanto que os campos limpos (da área tropical, secos, duros e estéreis) são inadequados para o cultivo. Tais fatores físicos tornam-se ainda mais decisivos quando são consideradas as condições de povoamento: disperso e rarefeito, com lento crescimento demográfico nos primeiros séculos. O meio tropical e colonial está muito distante do meio temperado e camponês do Antigo Regime europeu, onde predominavam os cereais, a vinha, a horticultura.

Slicher van Bath, ao fazer uma síntese da história agrária da Europa Ocidental do ano 500 a 1850, lembra que o homem — produtor de sua subsistência e consumidor — para a satisfação de suas necessidades mínimas com alimentação, vestuário e moradia depende da eficiência com que utilize o solo

pelos resultados obtidos mediante o seu cultivo<sup>(30)</sup>. Para estabelecer o equilíbrio entre produção e consumo, é preciso que haja, segundo ele, uma relação entre a superfície da terra objeto do trabalho (área), a intensidade da utilização da terra (técnica agrícola) e o volume da população. Variáveis essas que estão sempre presentes, em combinações diversas nos sistemas agrários. No modelo mais simplificado que propõe, há uma relação de dependência em face da variável demográfica, como se vê na seguinte figura:



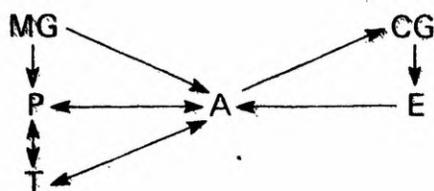
A evolução histórica será determinada pela relação entre população, área, técnica e conhecimentos agrícolas. Assim, os grupos caçadores necessitam de terrenos mais extensos, com escassa densidade demográfica, em se tratando de populações nômades. Na medida em que se intensifica a utilização do solo, torna-se mais elevado o índice demográfico, culminando a densidade demográfico-agrícola com a horticultura. A intensificação do uso da terra, combinada ao incremento demográfico, resultaria, a longo prazo, no encurtamento, até o desaparecimento, do pousio (dependendo, em parte, das condições naturais de fertilidade). Importa aí, ressaltar que a recuperação da fertilidade se obtinha por três processos distintos: a. deixando a terra em repouso por algum tempo (pousio ou alqueive); b. deixando uma parcela em repouso anual e estruando-a em seguida; c. espalhando sobre os campos uma capa de humus procedente de campos não cultivados, acrescida de esterco<sup>(31)</sup>.

(29) WAIBEL, Leo. *Op. cit.*, p. 260.

(30) VAN BATH, B.H. Slicher. *História agrária de Europa Ocidental — 500-1850*. 2ª ed. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1978.

(31) *Idem*, p. 31.

O modelo de van Bath supõe o equilíbrio entre produção, consumo e área cultivada. Na Europa de que trata, eram muito reduzidas as possibilidades de estender a área cultivada que, por sua vez, se relacionava com o total da população (consumidores). Uma crise climática que afetasse a produção de grãos resultaria numa catástrofe demográfica. A única forma de romper o círculo vicioso em benefício do fator humano, seria através do fator técnicas e conhecimentos agrícolas, pela incorporação do pousio às terras cultivadas. No entanto, dentro desse modelo de sociedade agrária (não-industrial), segundo van Bath, o conceito de equilíbrio entre demografia e possibilidades reais do sistema produtivo é de importância fundamental: o desequilíbrio — superpopulação (relativa) — acarretaria fomes epidêmicas e subnutrição crônica. Estaríamos aí diante de um esquema de tipo malthusiano.



- MG = meio geográfico
- P = população
- A = área cultivada
- T = técnica e conhecimento agrícolas
- CG = contingente de gado
- E = esterco

Tal modelo não se aplicaria à sociedade e à economia do Brasil-Colônia, cujos elementos eram: capacidade de extensão da área cultivada, incremento demográfico, ausência de técnicas de refertilização, separação gado/culturas. Numa visão antimalthusiana, Ester Boserup apresenta um modelo mais genérico capaz de dar conta da mudança dos sistemas agrários. Ele consiste basicamente em inverter o papel da variável crescimento demográfico que passa a ser considerada como variável independente transformando-a, assim, no fator determinante do crescimento agrícola. Nessas condições, a produção de alimentos deixa de ser um fator de limitação demográfica.

Pela introdução de dois conceitos, o *continuum* agrícola e a frequência de cultivo, Boserup chama a atenção para as consequências da pressão demográfica sobre a tecnologia agrícola, em oposição à corrente que coloca a tecnologia agrícola como um fator autônomo em relação às mudanças demográficas<sup>(32)</sup>.

A classificação de sistemas de uso da terra que ela propõe, baseada no grau de intensidade do uso da terra, na ordem de intensidade crescente, é a seguinte: *a.* cultivo com pousio florestal (*forest-fallow cultivation*), também chamado impropriamente de primitivo; a floresta é abatida com instrumentos precários, usa-se o fogo para limpar o terreno depois de destocado, plantam-se tubérculos e milho por um ano, a área fica em repouso por vinte ou vinte e cinco anos para recuperar o revestimento arbóreo; *b.* cultivo com pousio de arbusto e pequenas árvores (*bush-fallow cultivation*), com descanso de seis a dez anos (no Brasil corresponderia à capoeira e ao capoeirão); *c.* cultivo com pousio curto, de um ou dois anos, de que resulta a expansão das pastagens (*grass-fallow*) e gramíneas; *d.* cultivo anual, com sistemas variados de rotação de culturas e de terras; *e.* sistema intensivo de múltiplas culturas. Nos primeiros dois tipos, que dizem respeito às condições agrícolas do Brasil-Colônia, o crescimento da população leva a mudanças no padrão de uso da terra e no tipo de instrumentos empregados, dependendo do caso.

No primeiro tipo, os agricultores produzem alimentos para sua subsistência com pequena inversão de trabalho mas necessitam de uma grande área (o *continuum* agrícola). Segundo P. Gourou, no pousio de 24 anos, a densidade demográfica suportável é de 10 habitantes por km<sup>2</sup> e, no pousio de 9 anos, é de 25 habitantes por km<sup>2</sup>. Na transição para o segundo sistema, a população se torna mais sedentária e estável, surge uma divisão do trabalho. A diminuição do pousio implica uma organização social mais complexa, com

(32) BOSERUP, Ester. Op. cit., especialmente a Introdução e os capítulos 1, 2, 3, 5 e 8.

atividades mais diversificadas. É a ruptura do círculo vicioso população escassa/técnicas primitivas. Mas a mudança para sistemas mais intensivos (encurtamento do pousio) significa uma diminuição do lazer e um acréscimo de trabalho, sem corresponder necessariamente a um aumento de produção por hora/homem, o mesmo ocorrendo com a adoção de melhores instrumentos (melhores enxadas e machados, por exemplo). As vantagens que advêm com a ocupação mais densa e permanente são lentas, no tocante ao campo (trabalho mais penoso e prolongado). Assim, a mudança para sistemas mais intensivos só se fará sob pressão interna, isto é, do número de bocas a nutrir.

Dois outros pontos são levantados por Boserup. O primeiro diz respeito à importância dada, tradicionalmente, ao fator fertilidade da terra que é aqui visto não como um dado permanente e "natural" e, sim, humano (social). O segundo refere-se ao regime de trabalho, mediante o seguinte postulado: "quando a população é esparsa e existe terra abundante e não controlada, a hierarquia social só pode ser mantida através do controle pessoal e direto sobre os membros da classe abaixo"<sup>(33)</sup>, daí decorrendo que mecanismos de trabalho compulsório são introduzidos de modo a impedir o acesso à terra como agricultores independentes para aqueles que nela trabalham, mesmo após a abolição jurídica de formas de trabalho servil. Em resumo, a passagem para formas mais intensivas de uso do solo faz-se sob pressão demográfica, o que implica a mudança do sistema de posse da terra (variável endógena), podendo, ainda, coexistir na mesma região tipos diferentes de uso e posse da terra.

Um terceiro enfoque possível — permitindo a combinação com os anteriores — é-nos fornecido pela velha teoria da distribuição do espaço agrícola elaborada por von Thü-

nen<sup>(34)</sup>. Na construção do seu modelo — o "Estado Isolado" —, ele imaginou uma cidade situada no centro de um Estado com condições perfeitas para produção, circulação e comercialização de todos os produtos de que necessita. A cidade monopoliza a compra dos excedentes agrícolas e o abastecimento para o Estado de todos os outros produtos. Os preços são determinados na cidade estando neles incluídos os custos de transporte. Assim, a distância será o fator determinante das áreas de produção. "Já por este motivo apenas se formarão em torno da cidade círculos concêntricos bastante definidos, nos quais estes ou aqueles produtos representam a principal produção. Com a cultura de um ou outro produto, encarado como finalidade principal, modifica-se também toda a forma de economia e vamos encontrar nos diferentes círculos, sistemas de economia inteiramente diferentes"<sup>(35)</sup>. Para Thünen são seis esses anéis agrários, do centro para a periferia: 1. o círculo mais interno é representado pelos hortigranjeiros — culturas intensivas; 2. silvicultura (transporte de lenha em carros é caro — estamos na primeira parte do século XIX na Alemanha de von Thünen); 3. cereais com forragem em rotação de culturas; 4. um anel bem mais largo, predominando o afolhamento (dois campos) de pasto-cultura com arado; 5. sistema de três campos com pousio; 6. o mais largo dos anéis destinado à criação de gado, em regime extensivo, para consumo da cidade; como a distância da cidade é grande, ele é transportado para engorda num dos anéis mais próximos do centro. Na construção de Thünen, o Estado Isolado tem um diâmetro de 594 km. Essa teoria foi elaborada entre 1826 e meados do século passado e apresenta ainda hoje, alguns pontos de interesse e de utilidade prática.

(33) *Idem*, p. 73; DOMAR, Evsey D. The causes of slavery and serfdom: a hypothesis. *The Journal of Economic History*, 30 (1): 18-32, March, 1970.

(34) Cf. WAIBEL, Leo. A lei de Thünen e a sua significação para a geografia agrária e, ainda, A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização da terra, In: *Capítulos . . . . .*, p. 103-57.

(35) *Idem*, p. 104.

## SISTEMAS AGRÁRIOS NA COLÔNIA

Waibel, como um dos seus adeptos, argumenta com os seguintes pontos: 1. as demonstrações de Thünen comprovam que a despeito da igualdade das condições naturais, "o aproveitamento pode ser inteiramente diverso" 2. a distância entre a região produtora e a consumidora é o fator determinante na diferenciação dos tipos de uso da terra; 3. sistemas agrícolas e "tipos de agricultura" são determinados pelo processo econômico global (especialização em áreas e produtos); 4. "os sistemas de agricultura não estão irregularmente distribuídos na face da Terra, mas sua conformação é mais ou menos circular, ficando as grandes cidades nos centros dos círculos"<sup>(36)</sup>.

O historiador da agricultura brasileira, entre outras tarefas, deverá mapear as diferentes atividades agrícolas, articulando diferentes enfoques teóricos compatíveis com a realidade. Isso coloca a necessidade de regionalizar os problemas. Genericamente, os círculos de Thünen podem ser localizados em qualquer sociedade, com as adaptações necessárias. Assim, Salvador e o seu Recôncavo articulam seus "anéis" em épocas distintas, na medida em que cada vez mais se distancia a grande área de pecuária extensiva; São Luís e Belém, com cronologias distintas, o Rio de Janeiro, como centro em expansão, político-administrativo e comercial, com suas áreas específicas de abastecimento constituem problemas carentes de estudos.

Nas indicações de Boserup o fator demográfico se ressalta como de importância fundamental e, no Brasil, a demografia histórica ainda se situa na faixa dos estudos pioneiros, apesar do impulso que lhe vem sendo dado por pesquisadores paulistas, paranaenses e baianos. Uma tipologia dos sistemas agrícolas no Brasil será um passo importante na medida em que possa trazer elementos de comparação no âmbito regional e, também, continental (hispano-americano). Mas, antes disso, há enormes lacunas a serem preenchidas, sobretudo no tocante a estudos sobre a fazenda de gado, nas várias regiões e em dife-

rentes momentos. O mesmo se poderá dizer com relação às enormes áreas de subsistência que se espalharam paulatinamente por toda a extensão do País<sup>(37)</sup>.

Outros aspectos se destacam e requerem a atenção imediata dos pesquisadores. O primeiro é relativo às formas de trabalho familiar, de tipo camponês e sua gênese no Brasil. O segundo, em parte em decorrência deste, refere-se ao problema da estrutura fundiária e do acesso jurídico à terra por pequenos produtores, independentemente da aceitação, ou não, da teoria de Boserup, quanto à subordinação posse/uso da terra. Na realidade, trata-se de multiplicar ao infinito as análises de casos, bem delimitados no tempo e no espaço.

Qualquer tentativa de conclusão, no estado atual dos levantamentos empíricos, seria prematura. Se para a França do Antigo Regime procede a advertência de Marc Bloch quanto à escassez de informações anteriores ao século XVIII, muito maior deve ser a precaução do historiador brasileiro preocupado com o período colonial, sobretudo dos dois primeiros séculos da colonização. Ele terá de alinhar fragmentos de fontes, extremamente esparsos, utilizar métodos variados que não são, muitas vezes, próprios do historiador, aprofundar as possibilidades abertas pela história demográfica, buscar nos velhos textos bases mais seguras para a descrição das técnicas e dos processos de trabalho, grande parte dos quais ainda está presente, inscritos na morfologia agrária, procurar na sucessão cronológica os cortes estruturais significativos e, finalmente, reconstruir uma história agrária bem fundamentada, cujos pontos-de-partida estão, sem dúvida, na fase colonial mais remota, buscando uma explicação plausível — pelo menos, parte da explicação — para tantos males do presente.

(36) *Idem*, p. 141.

(37) Para as possibilidades de abordagem das técnicas agrícolas no âmbito de uma região no período colonial (o Pará) e o sistema de uso da terra, v. LINHARES, M Y & SILVA F.C. Teixeira. *História da agricultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1981 p 136-42

## Referências Bibliográficas

- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, 1968 (comentário crítico de A. Mansuy).
- ANTUNES, Paulo de Bessa. *A propriedade rural: estudo histórico-jurídico*. Rio de Janeiro, PUC, 1968. 216 p., mimeo.
- BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'Histoire Rurale Française*. Paris, Armand Colin, 1935. 2 v.
- . *Seigneurie française e manoir anglais*. Paris, *Cahiers des Annales* 16, Armand Colin, 1960.
- BOSERUP, Ester. *The conditions of agricultural growth — the economics conditions of agrarian change under population pressure*. Chicago, Aldine Publishing Company, 1965.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das grandezas do Brasil*. Ed. com notas de Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1943.
- BRITO, J. Rodrigues de. *Cartas econômicas e políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia*. In: *A economia brasileira no alvorecer do século XIX*. Salvador, Livraria Progresso Editora, s/d. 3. v.
- CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- CARDOSO, Ciro F. S. & BRIGNOLI, H. P. *História econômica de America Latina*. Barcelona, Ed. Critica, 1979.
- . compiladores. *Perspectivas de historiografia contemporânea*. México, Secretaria de Educação Pública, 1976. (Coleção Sep/setentas n. 200).
- CHAUNU, P. *Histoire science sociale, la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris, SEDES, 1974.
- CHAYANOV, A. V. *The theory of peasant economy*. Illinois, Irwin, The American Economic Association, 1966.
- DANIEL, Pe. João. *Tesouro descoberto no máximo rio das amazonas*. Rio de Janeiro, Separata da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1976.
- DAVID, M. Dias & TAVARES, M. C. *A economia política da crise*. Rio de Janeiro/Petrópolis, Vozes/Achiamé e IERJ, 1982.
- DOMAR, Evsey D. *The causes of slavery and serfdom: a hypothesis*, *The Journal of Economic History*, 30(1), March 1970.
- FRANCO, M. S. Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1921.
- GEORGE, Pierre. *Précis de géographie rurale*. Paris, PUF, 1978.
- GODELIER, M. *Rationalité et irrationalité en économie*. Paris, 1966.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Viseu, Publicações Europa-América, s/d. 2 v.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LIMA, Rui Cirne. *Pequena história territorial do Brasil, sesmarias e terras devolutas*. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1954.
- LINHARES, M. Y. *História do abastecimento: uma problemática em questão*. Brasília, Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.

## SISTEMAS AGRÁRIOS NA COLÔNIA

- LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *História da agricultura brasileira, debates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *História política do abastecimento*. Brasília, Biblioteca Nacional de Agricultura, 1978.
- LINDLEY, Th. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969. (Brasiliana, 343).
- MAURO, Frédéric. *Le Brésil au XVII<sup>ème</sup> siècle: documents inédits relatifs à l'Atlantique Portugais*. Coimbra, PUF 1951.
- MENDRAS, H. *Sociétés paysannes*. Paris, Armand Colin, 1976.
- NEVES, Delma P. *Lavradores e pequenos produtores de cana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1963.
- SAHLINS, Marshall. *Sociedades Tribais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- SCHWARTZ, Stuart B. Elite politics and the growth of a peasantry in late Colonial Brazil. In: RUSSELL-WOOD, A. J. R., ed. *From Colony to Nation*. Baltimore e Londres, The John's Hopkins University Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. Indian labor and New World plantations: European demands and Indian responses in Northeastern Brazil. *American Historical Review*, 83(1), Feb., 1978.
- SERENI, Emilio. *Capitalismo y mercado nacional*. Barcelona, Editorial Critica, 1980.
- SOUZA, Antonio Cândido de Mello. *Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1971.
- VAN BATH, B. H. Slicher. *História agrária de Europa Occidental (500-1850)*. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1978.
- VILAR, Pierre. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona, Editorial Critica, 1980.
- \_\_\_\_\_. Cataluña en la España moderna. Barcelona, Editorial Critica, 1978.
- WAIBEL, Leo. *Capitulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1979.
- ZAMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1951.